

ATÉ RETIFICAÇÃO 3 – ALTERAÇÕES EM AMARELO

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37, inciso II, da Constituição Federal de 1988, no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, e considerando a Portaria nº 29, de 23/01/2015 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, torna pública a abertura das inscrições para o Concurso Público destinado ao provimento de vagas para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico do Quadro Permanente de Pessoal do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, sob a égide da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, com as suas respectivas alterações, Processo nº 23327.001632/2015-06, Portaria nº 1830, de 05/11/2014 e Portaria nº 425, de 07/04/2015 da Comissão Organizadora do Concurso Público ou naquelas que venham a ser criadas dentro do prazo de validade deste Concurso Público, mediante as normas e condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Concurso Público será de responsabilidade da Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro e ao Hospital Universitário Gaffrée e Guinle, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – FUNRIO, sendo regido por este Edital, pelas publicações a ele relacionadas (Editais e retificações, caso existam) e comunicados, e também pela conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), acompanhado pela Comissão Organizadora do Concurso Público instituída pela Portaria nº 425, de 07/04/2015.

1.2. O Concurso Público destina-se ao provimento de cargos atualmente vagos, que vierem a vagar ou que forem criados dentro do prazo de validade do Concurso Público previsto neste Edital, para alocação nos diversos *campi* do IF Baiano.

1.3. O Anexo I (Quadro de Vagas) relaciona para cada área, a quantidade total de vagas, a quantidade de vagas reservadas aos candidatos de ampla concorrência, a quantidade de vagas reservadas aos candidatos com deficiência, a quantidade de vagas reservadas aos candidatos negros e o regime de trabalho.

1.4. Os candidatos poderão obter informações e orientações sobre o Concurso Público, tais como Editais, processo de inscrição, local de prova, gabaritos, resultados das provas, resultados dos recursos, cronograma, convocações, resultados das etapas e resultado final, no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso. O atendimento via telefone poderá ser efetuado por intermédio dos números 71 3186-0021, das 8h às 12h e de 13h às 17h, ou 21 2567-9994, das 9h às 12h e de 13h às 17h, exceto sábados, domingos e feriados.

1.5. Os candidatos poderão encaminhar suas dúvidas para o e-mail concurso.ifbaianoprof@funrio.org.br.

1.6. Toda menção a horário neste Edital terá como referência o horário de Salvador - BA.

2. DO CARGO

2.1. Atribuições gerais: participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; zelar pela aprendizagem dos alunos; estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento; ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

2.2. Regime jurídico: o regime jurídico a que se submeterão os servidores será o fixado pela Lei nº 8.112, de 11/12/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais).

2.3. Remuneração: a remuneração inicial da classe de Professor da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico é a constante nos quadros abaixo:

2.3.1. Regime de trabalho dedicação exclusiva (DE)

Titulação	Classe/nível	Vencimento básico (R\$)	Retribuição por titulação (R\$)	Total (R\$)
Graduação	D1	4.014,00	---	4.014,00
Aperfeiçoamento	D1	4.014,00	352,98	4.366,98
Especialização	D1	4.014,00	616,83	4.630,83
Mestrado	D1	4.014,00	1.931,98	5.945,98
Doutorado	D1	4.014,00	4.625,50	8.639,50

2.3.2. Regime de trabalho 20 horas semanais

Titulação	Classe/nível	Vencimento básico (R\$)	Retribuição por titulação (R\$)	Total (R\$)
Graduação	D1	2.018,77	---	2.018,77
Aperfeiçoamento	D1	2.018,77	86,16	2.104,93
Especialização	D1	2.018,77	155,08	2.173,85
Mestrado	D1	2.018,77	480,01	2.498,78
Doutorado	D1	2.018,77	964,82	2.983,59

2.3.3. O concurso visa o provimento efetivo do número de vagas definido neste edital, de acordo com os regimes de trabalho definidos no art. 20 da Lei nº 12.772, de 28/12/12.

2.3.4. O Professor submetido ao regime de trabalho de 20 (vinte) horas fica obrigado a prestar 20 (vinte) horas semanais de trabalho em turnos de acordo com as determinações do *campus* onde irá exercer suas atividades.

2.3.5. O Professor submetido ao regime de trabalho de Dedicação Exclusiva fica obrigado a prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos, bem como impedido de exercer outra atividade remunerada pública ou privada.

2.3.6. É vedada a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório.

2.3.7. De acordo com as necessidades de cada *campus*, a jornada de trabalho poderá ocorrer nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados.

2.3.8. O ingresso de candidatos aprovados neste concurso público para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico far-se-á no nível 1 da Classe DI, da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme a Lei nº 12.772, de 28/12/12.

2.4. A remuneração a ser percebida pelos candidatos contratados corresponde ao vencimento básico, conforme indicado nas tabelas acima, acrescido do valor do auxílio-alimentação R\$ 373,00 (trezentos e setenta e três reais) e de vantagens, benefícios e adicionais previstos na legislação (auxílio pré-escolar, auxílio-transporte, adicional de insalubridade ou periculosidade), quando cabíveis.

2.5. Área

2.5.1. Administração (código ADMINIS)

2.5.1.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Administração, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.2. Administração Rural (código ADRURAL)

2.5.2.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Administração ou Graduação em Administração Rural ou Graduação em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.3. Agronomia/Fitopatologia (código AGRONOM)

2.5.3.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia Agrônômica, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.4. Artes (código ARTESPL)

2.5.4.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Artes Plásticas ou Licenciatura em Teatro ou Licenciatura em Música ou Licenciatura em Dança ou Licenciatura em Artes Cênicas ou Licenciatura em Artes Visuais ou Licenciatura em Educação Artística ou Licenciatura em Desenho e Plástica, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.5. Biologia (código BIOLOGI)

2.5.5.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Biologia ou Licenciatura em Ciências Biológicas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.6. Biologia/Bioquímica (código BBIOQUI)

2.5.6.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Biologia ou Licenciatura em Ciências Biológicas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.7. Biologia/Botânica (código BBOTANI)

2.5.7.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Biologia ou Licenciatura em Ciências Biológicas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.8. Biologia/Zoologia (código BZOOLOG)

2.5.8.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Biologia ou Licenciatura em Ciências Biológicas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.9. Ciência da Computação (código CICOMPU)

2.5.9.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Informática ou Graduação em Ciência da Computação ou Graduação em Sistemas de Informação ou Graduação em Análise e Desenvolvimento de Sistemas ou Graduação em Processamento de Dados ou Graduação em Engenharia da Computação ou Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados ou Graduação em Tecnologia da Informação ou Graduação em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.10. Ciência e Tecnologia de Alimentos (código CTALIME)

2.5.10.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia de Alimentos ou Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos ou Graduação em Ciências de Alimentos, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.11. Ciência e Tecnologia de Alimentos/Agroindústria (código CTAAGRO)

2.5.11.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia de Alimentos ou Graduação em Ciências de Alimentos ou Graduação em Tecnólogo em Alimentos ou Graduação em Tecnólogo em Agroindústria, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.12. Educação (código EDUCACA)

2.5.12.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Pedagogia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.13. Educação do Campo (código EDCAMPO)

2.5.13.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Pedagogia ou Licenciatura em Educação do Campo ou Licenciatura em Ciências Agrárias ou Licenciatura em Ciências Agrícolas, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.14. Educação Física (código EDFISIC)

2.5.14.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Educação Física, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.15. Engenharia Agrícola (código ENGAGRI)

2.5.15.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia Agrícola, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.16. Engenharia da Agrimensura (código AGRIMEN)

2.5.16.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia da Agrimensura ou Engenharia de Agrimensura e Cartográfica, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.17. Engenharia de Petróleo I (código ENGPETI)

2.5.17.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia de Petróleo ou Graduação em Petróleo e Gás, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.18. Engenharia de Petróleo II (código PETROI)

2.5.18.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia de Petróleo ou Graduação em Petróleo e Gás ou Graduação em Engenharia Mecânica ou Graduação em Engenharia de Automação e Controle ou Graduação em Engenharia Industrial ou Graduação em Engenharia Ambiental ou Graduação em Engenharia Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.19. Engenharia Química (código ENGQUIM)

2.5.19.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Engenharia Química ou Graduação em Química Industrial devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.20. Estatística (código ESTATIS)

2.5.20.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Estatística ou Graduação em Matemática, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.21. Filosofia (código FILOSO)

2.5.21.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Filosofia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.22. Física (código FISICAG)

2.5.22.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Física, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.23. Gastronomia (código GASTRON)

2.5.23.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Gastronomia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.24. Geociências (código GEOCIEN)

2.5.24.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Geociências ou Graduação em Geografia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.25. Geografia (código GEOGRAF)

2.5.25.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Geografia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.26. Língua Estrangeira/Espanhol (código ESPANHO)

2.5.26.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Letras/Espanhol, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.27. Língua Portuguesa/Espanhol (código LPESPAN)

2.5.27.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa - Espanhol, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.28. Língua Portuguesa/Libras (código LPLIBRA)

2.5.28.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Letras/Libras ou Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e Libras ou Licenciatura em Letras com Proficiência no Uso e no Ensino de Libras ou Licenciatura em Letras com Proficiência na Tradução e Interpretação de Libras/Português/Libras, promovido pelo Ministério da Educação, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.29. Língua Portuguesa/Literatura Brasileira (código LPLITER)

2.5.29.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Letras Vernáculas ou Letras/Língua Portuguesa, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.30. Medicina Veterinária (código MEDVETE)

2.5.30.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Medicina Veterinária, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.31. Química (código QUIMICA)

2.5.31.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.32. Química/Físico-Química (código QFISQUI)

2.5.32.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.33. Química/Química Analítica (código QANALIT)

2.5.33.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.34. Química/Inorgânica (código QINORGA)

2.5.34.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.35. Química/Orgânica (código QGANICA)

2.5.35.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura em Química, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.36. Sociologia (código SOCIOLO)

2.5.36.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Licenciatura Sociologia ou Graduação em Ciências Sociais, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.37. Zootecnia (código ZOOTECHN)

2.5.37.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Zootecnia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.38. Zootecnia/Genética (código ZGENETI)

2.5.38.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Zootecnia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

2.5.40. Zootecnia/Produção Animal não Ruminante (código ZNAORUM)

2.5.40.1. Pré-requisitos: diploma ou certificado de conclusão de curso de nível superior, em nível de Graduação em Zootecnia, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

3. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

3.1. O candidato deverá atender, cumulativamente, para investidura no cargo, aos seguintes requisitos:

- a) ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;
- b) ter nacionalidade brasileira, e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do parágrafo 1º do art. 12 da Constituição da República Federativa do Brasil e na forma do disposto no art. 13 do Decreto nº 70.436, de 18/04/1972;
- c) no caso de estrangeiros, apresentar o visto permanente ou protocolo de solicitação de transformação de visto temporário em visto permanente, conforme artigo 207 da Constituição Federal e artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;
- d) ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
- e) estar em gozo dos direitos políticos;
- f) estar quite com as obrigações militares e eleitorais;
- g) não ter cumprido sanções por idoneidade, ou qualquer tipo de penalidade grave, no exercício da função pública (como demissão, destituição de cargo em comissão, suspensão ou cassação de aposentadoria), aplicada por qualquer órgão público e/ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos, por infringência aos incisos IX e XI do Artigo 117 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;
- h) não ter sido demitido ou destituído de cargo em comissão por infringência dos incisos I, IV, VIII, X e XI do Artigo 132 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;
- i) não acumular cargos, empregos e/ou funções públicas, exceto nos casos previstos na Constituição Federal e legislação vigente, assegurada a hipótese de opção dentro do prazo estabelecido para a posse, previsto no § 1º do Art. 13 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;
- j) possuir os pré-requisitos exigidos para o cargo, conforme discriminado no item 2 deste Edital. Para todos os cargos que o registro regular no Conselho competente for requisito para exercício da profissão, deverá o mesmo ser apresentado no momento da posse. Os diplomas ou certificados obtidos no exterior deverão, obrigatoriamente, ser validados pelos órgãos competentes no Brasil;
- k) não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, na forma do Art. 37 da Constituição Federal;
- l) ser considerado apto na inspeção médica oficial, conforme o disposto no art. 14, da Lei nº 8.112, de 11/12/1990. Caso o candidato seja considerado inapto para o exercício do cargo, por ocasião da inspeção médica oficial, este não poderá tomar posse.

4. DA PARTICIPAÇÃO DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e do § 1º do art. 37 do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, ficam reservados para os candidatos com deficiência o mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas disponíveis, conforme disposto no Anexo I (Quadro de Vagas) deste Edital.

4.2. O candidato com deficiência concorre em igualdade de condições com os demais candidatos às vagas de ampla concorrência e, ainda, às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.2.1. O candidato com deficiência, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos candidatos com deficiência.

4.3. Somente serão consideradas como pessoas com deficiência aquelas que se enquadrem nas categorias constantes do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4.4. O candidato com deficiência poderá impetrar recurso após a divulgação da “Relação preliminar dos candidatos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos com deficiência”, conforme o disposto no item 13 deste Edital.

4.5. O candidato autodeclarado com deficiência será convocado para avaliação por equipe multiprofissional, em Salvador - BA, após a divulgação do “Resultado final preliminar do concurso para os cargos com vaga reservada aos candidatos com deficiência”, disponível no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço, de acordo com o art. 43 do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999, cabendo a este arcar com as despesas relativas à sua participação nesta avaliação.

4.5.1. A convocação será feita considerando-se o número máximo de candidatos aprovados para cada área com vaga reservada aos candidatos com deficiência, conforme o disposto no art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

4.5.2. O candidato deverá comparecer à avaliação munido de documento de identidade original com foto e laudo médico (original ou cópia autenticada em cartório), contendo o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID), a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20/12/1999.

4.5.3. Durante a avaliação médica, poderão ser solicitados exames complementares, na dependência da necessidade de esclarecimento da deficiência, a critério da equipe multiprofissional.

4.5.4. A equipe multiprofissional emitirá parecer conclusivo, observando as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, a natureza das atribuições para o cargo, a viabilidade das condições de acessibilidade e o ambiente de trabalho, a possibilidade de utilização, pelo candidato, de equipamentos ou outros meios que habitualmente utilize, e a Classificação Internacional de Doenças (CID) apresentadas.

4.5.5. As deficiências dos candidatos, admitidas as correções por equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais, devem permitir o desempenho adequado das atribuições especificadas para o cargo.

4.5.6. A decisão final da equipe multiprofissional será soberana e definitiva administrativamente.

4.6. O candidato que não for considerado deficiente, com direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência pela equipe médica, ou que não comparecer no dia, hora e local marcado para realização da avaliação, perderá o direito à vaga reservada aos candidatos com deficiência, sendo eliminado desta relação específica, permanecendo na relação de candidatos de ampla concorrência classificados no concurso, sem prejuízo da instauração de inquérito policial federal por delito de falsidade ideológica contra a União Federal (art. 299 do Código Penal), caso comprovado que o candidato tenha agido dolosamente para fraudar o certame.

4.7. As vagas reservadas a candidatos com deficiência que não forem providas por falta de candidatos, por reprovação no Concurso Público, por contraindicação na avaliação médica ou por outro motivo, serão preenchidas pelos demais aprovados, observada a ordem de classificação.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1. Em cumprimento ao disposto no art. 1º da Lei nº 12.990, de 9/6/2014, ficam reservados 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no Concurso Público, conforme disposto no Anexo I (Quadro de Vagas) deste Edital, para candidatos negros.

5.1.1. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

5.2. Os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas reservadas aos candidatos negros e às vagas destinadas à ampla concorrência, para o cargo escolhido, de acordo com a sua classificação no concurso.

5.2.1. O candidato negro, se classificado, além de figurar na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, terá seu nome publicado na lista de classificação das vagas oferecidas aos candidatos negros.

5.3. O candidato pardo ou negro poderá impetrar recurso após a divulgação da “Relação preliminar dos candidatos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos negros”, conforme o disposto no item 13 deste Edital.

5.4. Na hipótese de não haver número de candidatos negros aprovados suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições serão efetuadas exclusivamente nas formas descritas neste Edital.

6.2. Antes de efetuar a inscrição e/ou o pagamento da taxa de inscrição, o candidato deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos. Estas informações encontram-se disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Principal, Publicações e Cronogramas.

6.3. As inscrições serão realizadas exclusivamente via Internet, acessando o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Inscrição, no período compreendido entre as 10 horas do dia 29 de setembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 23 de outubro de 2015, considerando-se o horário de Salvador.

6.3.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), as inscrições serão reabertas e realizadas exclusivamente via Internet, acessando o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Inscrição, no período compreendido entre as 10 horas do dia 27 de novembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 11 de dezembro de 2015, considerando-se o horário de Salvador.

6.3.2. O candidato deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição por meio de boleto bancário, obtido após o preenchimento e envio do Requerimento de Inscrição, pagável em qualquer agência bancária ou por meio de qualquer opção disponibilizada pelos bancos para pagamento de contas via Internet. O pagamento poderá ser feito após a geração e impressão do boleto bancário. O boleto bancário a ser utilizado para efetuar o pagamento da taxa de inscrição deve ser aquele associado ao Requerimento de Inscrição enviado.

6.3.2.1. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado obrigatoriamente por intermédio do boleto bancário.

6.3.2.2. O boleto bancário tem vencimento para até 2 (dois) dias após a sua geração. Para efetuar o pagamento após a data de vencimento, é necessário solicitar 2ª via do boleto bancário, o qual será gerado com nova data de vencimento para pagamento.

6.3.2.2.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o boleto bancário para as inscrições realizadas no período estabelecido no subitem 6.3.1 deste Edital tem vencimento para 14 de dezembro de 2015.

6.3.2.2.1.1. Cabe ao candidato a responsabilidade de efetuar o pagamento no último dia de vencimento até a hora utilizada pela rede bancária para considerar que o pagamento tenha sido realizado no dia 14 de dezembro de 2015.

6.3.2.3. A 2ª via do boleto bancário poderá ser solicitada a qualquer momento, DESDE QUE REALIZADA NO PERÍODO DE INSCRIÇÃO, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, consultar sua inscrição (preenchendo Nome, CPF e Data de Nascimento) e utilizar a opção "Emitir Boleto Bancário (2ª via)".

6.3.2.3.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), a 2ª via do boleto bancário poderá ser solicitada a qualquer momento, até o dia 14 de dezembro de 2015, independente da inscrição ter sido realizada no período estabelecido no subitem 6.3 ou 6.3.1 deste Edital, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, consultar sua inscrição (preenchendo Nome, CPF e Data de Nascimento) e utilizar a opção "Emitir Boleto Bancário (2ª via)".

6.3.2.3.1.1. A 2ª via do boleto bancário tem vencimento para 14 de dezembro de 2015.

6.3.2.3.1.2. Cabe ao candidato que solicitar a 2ª via do boleto bancário no último dia estabelecido para pagamento do mesmo, conforme o disposto no subitem 6.3.2.3.1.1 deste Edital a responsabilidade de efetuar o pagamento deste até a hora utilizada pela rede bancária para considerar que o pagamento tenha sido realizado no dia 14 de dezembro de 2015.

6.4. O IF Baiano e a FUNRIO não se responsabilizam pelas inscrições realizadas que não forem recebidas por motivos de ordem técnica alheias ao seu âmbito de atuação, tais como falhas de telecomunicações, falhas nos computadores ou provedores de acesso e quaisquer outros fatores exógenos que impossibilitem a correta transferência dos dados dos candidatos para a FUNRIO.

6.5. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

6.5.1. A prorrogação das inscrições de que trata o subitem anterior poderá ser feita sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

6.6. Orientações e procedimentos a serem seguidos para realização de inscrição via Internet estarão disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Principal, Inscrição e Publicações.

6.7. O valor da taxa de inscrição será de R\$ 130,00 (cento e trinta) reais.

6.7.1. O valor da taxa de inscrição não será devolvido em hipótese alguma.

6.7.1.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), os candidatos que efetuaram o pagamento da taxa de inscrição poderão solicitar a devolução do pagamento da taxa de inscrição no período compreendido entre as 10 horas do dia 27 de novembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 11 de dezembro de 2015, considerando-se o horário de Salvador, da forma estabelecida no documento "Orientações para solicitação de devolução do valor da taxa de inscrição – 27/11/2015", disponível a partir do dia 27 de novembro de 2015, no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

6.7.2. Não será permitida a transferência do valor pago como taxa de inscrição para outra pessoa, assim como a transferência do valor pago para outra inscrição ainda não paga.

6.7.3. Não será efetivada a inscrição cujo pagamento da taxa de inscrição seja feito por meio de depósito, DOCs (operação bancária), transferência ou similar.

6.7.4. O comprovante de agendamento ou programação de pagamento não tem validade para comprovar o pagamento da taxa de inscrição.

6.8. O candidato somente terá sua inscrição efetivada após a informação referente a confirmação do pagamento do respectivo boleto bancário ter sido enviada pelo agente bancário e ter sido recebida pela FUNRIO.

6.9. Não serão aceitas inscrições condicionais, via fax, via correio eletrônico ou fora do prazo.

6.10. Ao preencher o Requerimento de Inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente, indicar nos campos apropriados, sendo vedadas alterações posteriores, sob pena de não ter a sua inscrição validada para o Concurso Público:

a) a área para a qual deseja concorrer, entre as apresentadas, conforme o disposto no item 2 e Anexo I (Quadro de Vagas) deste Edital.

b) a cidade onde deseja realizar a prova discursiva.

6.10.1. Antes de confirmar o envio de seu Requerimento de Inscrição, o candidato deverá conferir cuidadosamente as informações prestadas neste.

6.10.2. Antes da efetivação do pagamento da taxa de inscrição, caso o candidato identifique algum erro em seu Requerimento de Inscrição, este deverá preencher um novo Requerimento de Inscrição com as informações corretas e efetuar o pagamento do boleto gerado após a confirmação desta nova inscrição.

6.10.3. Caso o candidato identifique, após o pagamento da taxa de inscrição, alguma informação incorreta em seu Requerimento de Inscrição, este poderá encaminhar e-mail para concurso.ifbaianoprof@funrio.org.br, informando seu nome, identidade, CPF e data de nascimento, solicitando a correção.

6.10.3.1. Não é permitida a alteração da opção de área para a qual concorre e cidade onde deseja realizar a prova discursiva.

6.10.3.2. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), será permitida a solicitação de alteração da cidade onde deseja realizar a prova discursiva, independente da inscrição ter sido realizada no período estabelecido no subitem 6.3 ou 6.3.1 deste Edital.

6.10.3.2.1. O candidato que desejar solicitar a alteração da cidade onde deseja realizar a prova discursiva deverá encaminhar e-mail para concurso.ifbaianoprof@funrio.org.br, no período compreendido entre as 10 horas do dia 27 de novembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 11 de dezembro de 2015, considerando-se o horário de Salvador, contendo as seguintes informações:

a) Assunto do e-mail: Solicitação de mudança de cidade de prova para inscrição <preencher com o número de inscrição>

b) Informar no corpo do e-mail número de inscrição, nome completo do candidato, CPF, data de nascimento, cidade atual de realização da prova e a nova cidade onde deseja realizar a prova.

6.11. O candidato poderá se inscrever para mais de uma área. No dia de realização da prova, o candidato deverá realizar a prova da área de sua preferência, sendo considerado faltoso nas demais.

6.12. Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição, exceto para os candidatos que, conforme o disposto no Decreto nº 6.593, de 2/10/2008, estiverem inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico, de que trata o Decreto nº 6.135, de 26/06/2007, e forem membros de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 26/06/2007.

6.12.1. O candidato poderá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período compreendido entre as 10 horas do dia 29 de setembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 23 de outubro de 2015, considerando-se o horário de Salvador, devendo para tal preencher o Requerimento de Inscrição, informando que deseja solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, preenchendo o Número de Identificação Social (NIS) e indicando que é membro de família de baixa renda.

6.12.1.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o candidato poderá solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, no período compreendido entre as 10 horas do dia 27 de novembro de 2015 até as 23 horas e 59 minutos do dia 11 de dezembro de 2015, considerando-se o horário de Salvador, devendo para tal preencher o Requerimento de Inscrição, informando que deseja solicitar isenção do pagamento da taxa de inscrição, preenchendo o Número de Identificação Social (NIS) e indicando que é membro de família de baixa renda.

6.12.2. Não será aceita a solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição via fax, via postal e/ou correio eletrônico.

6.12.3. O pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será encaminhado pela FUNRIO para o órgão gestor do CadÚnico, o qual decidirá sobre a concessão ou não ao candidato da isenção do pagamento da taxa de inscrição.

6.12.3.1. Informações como número do NIS, nome do candidato, data de nascimento, CPF e nome da mãe, preenchidas no Requerimento de Inscrição pelo candidato, serão repassadas para o órgão gestor do CadÚnico. Estas informações serão comparadas com as informações cadastradas no CadÚnico.

CASO HAJA QUALQUER DIVERGÊNCIA ENTRE AS INFORMAÇÕES REPASSADAS PELA FUNRIO E AS REGISTRADAS NO CADÚNICO (NOME DO CANDIDATO OU NOME DA MÃE ESCRITOS DE FORMA DIFERENTES), O PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO SERÁ NEGADO.

6.12.3.2. O preenchimento do Requerimento de Inscrição é de responsabilidade do candidato. As informações digitadas no Requerimento de Inscrição que serão encaminhadas para o órgão gestor do CadÚnico devem ser exatamente iguais as que estão cadastradas no CadÚnico.

6.12.4. Caso o candidato solicite mais de um pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição, apenas o pedido associado ao Requerimento de Inscrição encaminhado por último será considerado.

6.12.4.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o candidato que já obteve isenção do pagamento da taxa de inscrição e solicitar novo pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição no período estabelecido no subitem 6.12.1.1 deste Edital terá seu pedido negado, em função do estabelecido no subitem 6.12.4 deste Edital, utilizado no período estabelecido no subitem 6.12.1 deste Edital.

6.12.4.2. O candidato poderá verificar se já obteve isenção ou não do pagamento da taxa de inscrição consultando o “Resultado final do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição” disponível no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, desde o dia 9 de novembro de 2015.

6.12.5. Constatada qualquer inveracidade, a qualquer tempo, nas informações prestadas no processo aqui definido para obtenção de isenção do pagamento da taxa de inscrição, será fato para o cancelamento da inscrição, tornando-se nulos todos os atos dela decorrentes.

6.12.6. O resultado preliminar da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

6.12.7. O candidato que não obtiver o pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição poderá interpor recurso, conforme o disposto no item 13 deste Edital, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas.

6.12.8. O resultado final da análise do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição será divulgado no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

6.12.8.1. O candidato com pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá solicitar a 2ª via do boleto bancário, conforme procedimento descrito no subitem 6.3.2.3 deste Edital, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, e efetuar sua inscrição realizando o pagamento da taxa de inscrição no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

6.12.8.1.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o candidato com pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição indeferido poderá solicitar a 2ª via do boleto bancário, independente de ter realizado sua inscrição no período estabelecido no subitem 6.3 ou 6.3.1 deste Edital, conforme procedimento descrito no subitem 6.3.2.3.1 deste Edital, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, e efetuar sua inscrição realizando o pagamento da taxa de inscrição no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

6.12.9. O candidato cuja solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição for deferida, não necessitará efetuar nova inscrição, pois o Requerimento de Inscrição encaminhado será considerado.

6.13. Quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas para os candidatos com deficiência deverá informar sua opção.

6.13.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o candidato com deficiência poderá se inscrever para concorrer às vagas reservadas para os candidatos com deficiência independente de haver vaga para provimento imediato ou não.

6.13.2. O candidato com deficiência deverá enviar, obrigatoriamente, via correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou SEDEX postado no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, para o Departamento de Concursos da FUNRIO (laudo IF Baiano PROF), localizado na Rua Professor Gabizo, 262, CEP 20271-062,

Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses da data da publicação do edital (original ou cópia autenticada em cartório), indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298 de 20/12/1999.

6.13.2.1. Considerando a conciliação alcançada entre o Ministério Público Federal e o IF Baiano em relação ao processo nº 34285-23.2015.4.01.3300 (Ação Civil Pública), o candidato com deficiência, independente de ter realizado sua inscrição no período estabelecido no subitem 6.3 ou 6.3.1 deste Edital, deverá enviar, obrigatoriamente, via correspondência com Aviso de Recebimento (AR) ou SEDEX postado no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, para o Departamento de Concursos da FUNRIO (laudo IF Baiano PROF), localizado na Rua Professor Gabizo, 262, CEP 20271-062, Maracanã, Rio de Janeiro, RJ, laudo médico emitido nos últimos 12 (doze) meses da data da publicação do edital (original ou cópia autenticada em cartório), indicando a espécie, o grau ou o nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID) vigente, a provável causa da deficiência, bem como ao enquadramento previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº. 3.298 de 20/12/1999.

6.13.2.2. O laudo médico não será devolvido e não serão fornecidas cópias do mesmo.

6.13.2.3. A comprovação da tempestividade do envio do laudo médico ou atestado será feita pela data de postagem do mesmo.

6.13.2.4. Se o candidato não cumprir o disposto nos subitens 6.13 e 6.13.2.1 deste Edital, este perderá o direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, sem prejuízo da instauração de inquérito policial federal por delito de falsidade ideológica contra a União Federal (art. 299 do Código Penal), caso comprovado que o candidato tenha agido dolosamente para fraudar o certame.

6.14. O candidato, com deficiência ou não, que necessitar de condição(ões) especial(ais) para realização das provas, no ato da inscrição deverá informar a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita para os dias das provas, sendo vedadas alterações posteriores. Caso não o faça, sejam quais forem os motivos alegados, fica sob sua exclusiva responsabilidade a opção de realizar ou não a prova.

6.14.1. O candidato com deficiência visual total deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição, a necessidade de realizar a prova com o auxílio de um leitor. Neste caso, o leitor transcreverá as respostas para o candidato, não podendo a FUNRIO ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo leitor.

6.14.2. O candidato amblíope deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se deseja que sua prova seja confeccionada de forma ampliada. Neste caso, será oferecida prova com tamanho ampliado.

6.14.3. O candidato com dificuldade de locomoção deverá indicar sua condição, informando, no Requerimento de Inscrição, se utiliza cadeira de rodas ou se necessita de local de fácil acesso.

6.14.4. O candidato que necessitar de condições especiais para escrever deverá indicar sua condição, informando no Requerimento de Inscrição, que necessita de auxílio para transcrição das respostas. Neste caso, o candidato terá o auxílio de um fiscal, não podendo a FUNRIO ser responsabilizada por parte do candidato, sob qualquer alegação, por eventuais erros de transcrição cometidos pelo fiscal.

6.14.5. O candidato deverá informar, no Requerimento de Inscrição, a(s) condição(ões) especial(ais) de que necessita, caso não seja qualquer uma das mencionadas nos subitens 6.14.1 ao 6.14.4 deste Edital.

6.15. A candidata que tiver a necessidade de amamentar no dia da prova deverá levar um acompanhante, que ficará com a guarda da criança em local reservado e diferente do local de prova da candidata. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizer necessária, não tendo a candidata, nesse momento, a companhia do acompanhante, além de não ser dado qualquer tipo de compensação em relação ao tempo de prova dispensado com a amamentação. A não presença de um acompanhante impossibilitará a candidata de realizar a prova.

6.16. As condições especiais solicitadas pelo candidato para o dia da prova serão analisadas e atendidas, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade, sendo comunicado do atendimento ou não de sua solicitação quando da Confirmação da Inscrição.

6.17. Quando do preenchimento do Requerimento de Inscrição, o candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros deverá informar sua opção.

6.17.1. Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

6.17.2. Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se houver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da sua admissão ao serviço ou emprego público, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo da instauração de inquérito policial federal por delito de falsidade ideológica contra a União Federal (art. 299 do Código Penal), caso comprovado que o candidato tenha agido dolosamente para fraudar o certame.

6.18. O candidato, ao efetivar sua inscrição, assume inteira responsabilidade pelas informações prestadas para preenchimento do Requerimento de Inscrição, sob as penas da lei, bem como assume que está ciente e de acordo com as exigências e condições previstas neste Edital, do qual o candidato não poderá alegar desconhecimento.

6.19. A declaração falsa ou inexata dos dados constantes do Requerimento de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos decorrentes dela, em qualquer época, assumindo o candidato as possíveis consequências legais.

6.20. O candidato somente será considerado inscrito no Concurso Público após ter cumprido todas as instruções descritas no item 6 deste Edital e todos os seus subitens.

7. DA CONFIRMAÇÃO DA INSCRIÇÃO

7.1. As inscrições efetuadas de acordo com o disposto no item 6 deste Edital serão homologadas pela FUNRIO, significando que o candidato está habilitado para participar do Concurso Público.

7.2. A relação preliminar dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

7.3. O candidato que não estiver relacionado na relação preliminar dos candidatos com inscrição homologada poderá interpor recurso, conforme o disposto no item 13 deste Edital, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas.

7.4. A relação final dos candidatos com a inscrição homologada será divulgada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

7.5. As informações referentes à data, horário, tempo de duração e local de realização da prova (nome do estabelecimento, endereço e sala), assim como as orientações para realização das provas, estarão disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

7.5.1. Estas informações poderão ser obtidas na consulta da inscrição do candidato, bastando para tal acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

7.6. Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia de realização da prova, na sala de prova, junto ao fiscal.

7.7. Não é necessária a apresentação, no dia de realização da prova, de documento que comprove a localização do candidato no estabelecimento de realização de prova, bastando que o mesmo se dirija ao local designado portando documento de identificação original com fotografia.

7.8. É de responsabilidade do candidato a obtenção de informações referentes à realização da prova.

7.8.1. Não será enviada pelos correios nenhuma correspondência informando sobre a confirmação da inscrição tampouco sobre o local de realização das provas, estando estas informações disponíveis conforme descrito nos subitens 7.2 a 7.5 deste Edital.

7.9. O candidato não poderá alegar desconhecimento do local da prova como justificativa de sua ausência. O não comparecimento à prova, qualquer que seja o motivo, será considerado como desistência do candidato, e resultará em sua eliminação do Concurso Público.

8. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

8.1. O Concurso Público será composto de:

- a) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, para os candidatos de todas as áreas.**
- b) prova de desempenho didático, de caráter eliminatório e classificatório, para os candidatos de todas as áreas.**
- c) prova de títulos, de caráter classificatório, para os candidatos de todas as áreas.**

9. DA PROVA DISCURSIVA

9.1. A prova discursiva visa avaliar a capacidade do candidato de expor com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade assuntos relacionados à área para a qual concorre, além de demonstrar a capacidade de organização do texto, de análise e síntese dos fatos e ideias examinadas bem como a correção gramatical com a qual foi redigida.

9.2. O candidato deverá produzir, com base em tema sorteado, um texto dissertativo, no caderno de texto definitivo da prova discursiva, acerca do conteúdo relacionado à área para a qual concorre, de no mínimo 90 (noventa) linhas e no máximo 120 (cento e vinte) linhas.

9.2.1. O texto definitivo da prova discursiva deverá ser produzido na língua portuguesa.

9.2.2. A FUNRIO irá disponibilizar folhas no caderno de texto definitivo da prova discursiva exclusivas para colocação de imagens (figuras, fórmulas, tabelas, etc) de forma que o candidato quando estiver produzindo seu texto dissertativo faça menção a estas imagens (ver figura XX, por exemplo), não colocando-as em seu texto dissertativo. Estas imagens não serão contabilizadas como linhas produzidas, devendo o candidato produzir efetivamente a quantidade de linhas mencionadas no subitem 9.2 deste Edital.

9.2.3. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado e/ou que ultrapassar a extensão máxima de linhas estabelecidas no caderno de texto definitivo da prova discursiva.

9.2.4. O candidato que não produzir seu texto com quantidade de linhas igual ou superior ao mínimo exigido será considerado eliminado.

9.3. Os temas de cada área para sorteio para a prova discursiva estarão disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

9.3.1. Os temas de cada área serão compostos por assuntos relacionados aos conhecimentos/disciplinas constantes na formação da área.

9.3.1.1. No caso onde encontramos área/subárea (Agronomia/Fitopatologia, Biologia/Bioquímica, Biologia/Botânica, Biologia/Zoologia, Química/Físico-Química, Química/Química Analítica, Química/Química Inorgânica, Química/Química Orgânica, Zootecnia/Genética e Zootecnia/Produção Animal não Ruminante) os temas serão compostos por assuntos relacionados aos conhecimentos/disciplinas constantes na formação da área e subárea.

9.4. O sorteio do tema para cada área ocorrerá na cidade de Salvador, em um dos locais de prova, antes do horário definido para o fechamento dos portões, na presença de 2 (dois) candidatos, de representante(s) da Comissão do Concurso Público do IF Baiano e de representante(s) da FUNRIO, os quais assinarão termo atestando a idoneidade e a segurança do processo.

9.4.1. Cada tema de cada área estará escrito em uma folha de papel, devidamente selada.

9.4.2. Os 2 (dois) candidatos, de áreas diferentes, serão escolhidos aleatoriamente entre os que já se encontrarem devidamente identificados e aguardando o início da prova.

9.4.3. Os temas sorteados para cada área serão rubricados pelos presentes.

9.4.4. Os candidatos que participaram do sorteio retornarão para as respectivas salas de prova sem tomar conhecimento dos temas sorteados.

9.4.5. O(s) representante(s) da Comissão do Concurso Público do IF Baiano preparará(ão) uma relação contendo os temas sorteados para cada área, sendo os temas sorteados para cada área repassados para o coordenador da FUNRIO responsável por cada local de prova em cada cidade de prova.

9.4.6. A relação contendo os temas sorteados para cada área será afixada no quadro de cada sala de prova em cada cidade de prova imediatamente após o início da mesma.

9.5. A avaliação da prova discursiva será realizada da seguinte forma:

9.5.1. Uma banca examinadora, composta por 3 (três) professores da área para a qual o candidato concorre, avaliará a apresentação, a estrutura textual e o desenvolvimento do tema totalizando a nota relativa ao conteúdo.

9.5.2. Um professor de língua portuguesa avaliará o domínio da modalidade escrita, computando os erros (NER = número de erros) do candidato, considerando-se aspectos como acentuação, grafia, pontuação, morfossintaxe, concordância, regência, propriedade vocabular e o número de linhas efetivamente escritas pelo candidato (NLI = número de linhas).

9.6. Cada membro da banca examinadora atribuirá nota de 0,00 (zero) a 10,00 (dez) para a nota de conteúdo do candidato, sendo que a nota final associada ao conteúdo do candidato (NCO) será a média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca, considerando até a 2ª casa decimal, desprezando as demais, sem arredondamento ou aproximação.

9.7. O professor de língua portuguesa atribuirá a nota da modalidade escrita (NME) utilizando a fórmula $NME = NER / NLI$, considerando até a 2ª casa decimal, desprezando as demais, sem arredondamento ou aproximação.

9.8. A nota da prova discursiva de cada candidato (NDI) segue a fórmula $NDI = NCO - NME$

9.9. Será atribuída nota 0,00 (zero) à nota da prova discursiva ($NDI = 0,00$) no caso em que NDI for menor do que 0,00 (zero).

9.10. A prova discursiva será desidentificada e encaminhada para a correção.

9.10.1. Tanto a banca examinadora, composta por 3 (três) professores da área para a qual o candidato concorre quanto o professor de língua portuguesa, receberão apenas a imagem das folhas que compõem o caderno de texto definitivo da prova discursiva compreendida entre as marcas de sincronismo para a digitalização, não sendo repassada nenhuma informação sobre o candidato.

9.11. Será considerado reprovado o candidato que obtiver a nota da prova discursiva (NDI) menor do que 6,00 (seis).

10. DAS CONDIÇÕES DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS DISCURSIVAS

10.1. As provas discursivas serão realizadas nas cidades de Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Salvador, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas.

10.1.1. As provas discursivas serão realizadas no período da tarde.

10.1.2. O horário provável para a abertura dos portões e fechamento dos portões será às 14h e 15h respectivamente, horário de Salvador - BA.

10.2. As provas discursivas ocorrerão na data provável de 21 de fevereiro de 2016 e o tempo de duração será de 4h.

10.3. Caso a oferta de lugares adequados em determinada cidade seja insuficiente para acomodar os candidatos inscritos para realizar as provas discursivas nestas cidades, a FUNRIO poderá alocá-los em cidades próximas, não assumindo qualquer responsabilidade quanto ao transporte e alojamento desses candidatos.

10.4. A data definitiva da realização das provas discursivas, assim como os horários de abertura dos portões e fechamento dos mesmos, será divulgada por meio de Edital específico no Diário Oficial da União no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas e estará disponível no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente neste mesmo endereço.

10.5. O início das provas discursivas ocorrerá após o fechamento dos portões e assim que os candidatos se encontrarem em seu local de prova, sendo respeitado o tempo estipulado para realização das provas independentemente do horário de início da mesma.

10.6. A FUNRIO poderá utilizar sala(s) extra(s) nos locais de aplicação das provas discursivas, alocando ou remanejando candidatos para essa(s) conforme a necessidade.

10.7. O candidato deverá comparecer ao local designado para prestar as provas com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário estabelecido para o início das mesmas, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta e de documento oficial e original de identidade, contendo foto e assinatura, devendo este ser apresentado ao fiscal de sala, conferido pelo mesmo e imediatamente devolvido ao candidato.

10.7.1. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos, etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho; e carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto).

10.7.2. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo, sem foto), carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade.

10.7.3. Não serão aceitas cópias de documentos de identidade, ainda que autenticados, nem protocolos de entrega de documentos.

10.8. Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e de sua assinatura.

10.8.1. O candidato será submetido à identificação especial caso seu documento oficial de identidade apresente dúvidas quanto à fisionomia ou assinatura.

10.8.2. O candidato que não apresentar documento oficial de identidade não realizará a prova.

10.8.3. Caso o candidato esteja impossibilitado de apresentar documento oficial de identidade, por motivo de perda, roubo ou furto, deverá ser apresentado documento que comprove o registro do fato em órgão policial, expedido no máximo há 30 (trinta) dias antes do dia da prova, sendo o candidato submetido à identificação especial.

10.9. É vedado ao candidato prestar a prova fora do local, data e horário pré-determinados pela organização do Concurso Público.

10.10. Não será admitido o ingresso de candidatos no local de realização da prova após o fechamento dos portões.

10.11. Não será permitida, durante a realização da prova, a comunicação entre os candidatos, nem a utilização de anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive consulta a livros, a legislação simples e comentada ou anotada, a súmulas, a livros doutrinários e a manuais.

10.12. Não será permitido, durante a realização da prova, o uso de celulares, *paggers*, calculadoras, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, bem como quaisquer equipamentos que permitam o armazenamento ou a comunicação de dados e informações. Caso o candidato leve consigo esses tipos de aparelhos no dia de realização da prova, os mesmos serão lacrados em sacos e devolvidos aos candidatos.

10.12.1. Não realizará a prova o candidato que se apresentar ao local de prova portando arma.

10.12.2. Não será permitido ao candidato fumar no local da prova.

10.12.3. Não haverá segunda chamada para a prova, independentemente do motivo alegado.

10.12.4. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova em virtude do afastamento do candidato da sala onde está sendo realizada a mesma.

10.13. No dia de realização da prova não será fornecida, por qualquer membro da equipe de aplicação da prova, ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo e aos critérios de avaliação desta.

10.14. O candidato deverá preencher o caderno de texto definitivo da prova discursiva, à mão, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento diferenciado para a realização da prova. Nesse caso, se houver necessidade, o candidato será acompanhado por um agente da FUNRIO devidamente treinado, para o qual deverá ditar o texto, especificando oralmente a grafia das palavras e os sinais gráficos de pontuação.

10.14.1. O caderno de texto definitivo da prova discursiva será o único documento válido para a avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho são de preenchimento facultativo e não valerão para tal finalidade.

10.14.2. O caderno de texto definitivo da prova discursiva não será substituído por erro de preenchimento por parte do candidato.

10.15. Nos casos em que o caderno de texto definitivo da prova discursiva for escrito a lápis (em parte ou em sua totalidade), de forma ilegível e/ou incompreensível, de ter sido assinado fora do local estabelecido, de haver qualquer possibilidade de identificação do candidato, ou quando não for devolvido o caderno de texto definitivo da prova discursiva e as folhas para rascunho, o candidato será eliminado.

10.16. Por motivo de segurança, os procedimentos a seguir serão adotados:

a) após ser identificado e entrar na sala de prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala de prova, só podendo fazê-lo após o início da prova, devidamente acompanhado por um fiscal.

b) o candidato somente poderá retirar-se do local de realização da prova após a primeira hora do início da mesma.

c) será terminantemente vedado ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no caderno de texto definitivo da prova discursiva ou nas folhas de rascunho.

d) ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o caderno de texto definitivo da prova discursiva e as folhas de rascunho; e

e) os três últimos candidatos deverão permanecer na sala de prova e somente poderão sair juntos do recinto.

10.17. Por motivo de segurança, a FUNRIO procederá no ato da aplicação da prova, à coleta da impressão digital de cada candidato, sendo a mesma recolhida no ato de sua apresentação para posse, de forma que estas possam ser confrontadas.

10.18. Por motivo de segurança, a FUNRIO solicitará que o candidato transcreva, no ato da aplicação da prova, em letra cursiva, de próprio punho, um texto apresentado, sendo que, no ato de sua apresentação para posse, o mesmo texto deverá ser reproduzido para confrontação com o texto transcrito durante a prova.

10.19. Será automaticamente eliminado do Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova:

a) usar ou tentar usar meios fraudulentos ou ilegais no Concurso Público;

b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio;

c) for surpreendido durante o período de realização de sua prova portando (carregando consigo, levando ou conduzindo) armas ou aparelhos eletrônicos (bip, telefone celular, qualquer tipo de relógio com mostrador digital, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador, controle de alarme de carro, etc), quer seja na sala de prova ou nas dependências do seu local de prova;

d) utilizar-se de máquinas de calcular ou equipamentos similares, livros, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou *pager*, ou que se comunicar com outro candidato;

e) faltar com a devida urbanidade para com qualquer membro da equipe de aplicação da prova, com as autoridades presentes ou candidatos;

- f) fazer anotação de informações contidas no caderno de texto definitivo da prova discursiva ou nas folhas de rascunho, em qualquer meio;
- g) afastar-se da sala ou do local de prova, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;
- h) ausentar-se da sala de prova, durante o período de realização de sua prova, portando o caderno de texto definitivo da prova discursiva ou as folhas de rascunho ou quaisquer equipamentos eletrônicos;
- i) não entregar o caderno de texto definitivo da prova discursiva ou as folhas de rascunho;
- j) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos;
- k) não permitir a coleta da digital, no procedimento descrito no subitem 10.17 deste Edital;
- 10.19.1. Quando, após a prova, for constatado por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou qualquer meio em Direito admitido - ter o candidato se utilizado de processos ilícitos.

11. DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO

11.1. Serão convocados para realizar a prova de desempenho didático os candidatos aprovados na prova discursiva e classificados em ordem decrescente da nota da prova discursiva, até a posição indicada na tabela constante no subitem 11.2 deste Edital.

11.1.1. Em caso de igualdade na nota da prova discursiva, para fins de classificação, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior nota no conteúdo (NCO);
- 2º) maior idade.

11.2. O quantitativo de candidatos a ser convocado para a prova de desempenho didático segue a tabela abaixo:

Quantidade de vagas	Quantidade de candidatos convocados para a prova de desempenho didático
1	Até 5
2	Até 9
3	Até 14
4	Até 18
5	Até 22
6	Até 25
7	Até 29
8	Até 32
9	Até 35
10	Até 38
11	Até 40
12	Até 42
13	Até 45
14	Até 47

11.3. A prova de desempenho didático consistirá de uma aula, desenvolvida sobre um tema previamente sorteado, no tempo mínimo de 30 (trinta) minutos e máximo de 40 (quarenta) minutos, ministrada em linguagem adequada, em sessão pública e gravada para efeito de registro e avaliação, conforme disposto no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e perante uma banca examinadora composta por 3 (três) professores.

11.3.1. As aulas referentes à área de Língua Portuguesa/Espanhol e Língua Estrangeira/Espanhol deverão ser ministradas em Espanhol (plano de aula escrito em português), enquanto que as aulas referentes à área Língua Portuguesa/Libras deverão ser ministradas em Libras (plano de aula escrito em português).

11.3.2. Não será permitida a presença na sala de prova de candidatos que concorrem a mesma área do candidato que está realizando a prova de desempenho didático.

11.4. Os temas de cada área para sorteio para a prova de desempenho didático estarão disponíveis no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço, na mesma data em que foram disponibilizados os temas de cada área para sorteio para a prova discursiva (serão os mesmos temas).

11.4.1. O sorteio do tema da prova de desempenho didático ocorrerá 24 (vinte e quatro) horas antes do horário definido para a realização da prova de desempenho didático do candidato.

11.4.2. O candidato que não comparecer ao sorteio do tema da prova de desempenho didático, no local, data e hora constantes na relação dos candidatos que realizarão a prova de desempenho didático será considerado eliminado do Concurso Público.

11.4.2.1. Será permitida a presença de representante do candidato (um para cada candidato), não sendo permitida a representação por parte do mesmo representante para candidatos cujo sorteio seja realizado no mesmo horário.

11.4.2.2. O representante do candidato deverá se apresentar munido de procuração específica para a situação, registrada devidamente em cartório, contendo cópia do documento de identidade do candidato e do representante (os documentos ficarão de posse da FUNRIO).

11.5. O sorteio do tema e a prova de desempenho didático serão realizados na cidade de Salvador – BA.

11.6. A avaliação da prova de desempenho didático consistirá da análise dos itens descritos abaixo:

Plano de aula	Pontos
Apresenta objetivos, conteúdos, metodologia, recursos didáticos, avaliação e referências?	1,50
Apresenta coerência e clareza dos objetivos	2,50
Apresenta detalhamento dos conteúdos	2,50
Apresenta coerência entre objetivos e conteúdos planejados	3,00
Apresenta procedimentos metodológicos coerentes com o tema e de forma detalhada	2,50
Apresenta descrição dos recursos didáticos coerente com os procedimentos metodológicos	2,50
Apresenta descrição dos procedimentos de avaliação da aprendizagem correlatos com objetivos e conteúdos planejados	1,50
Contém apresentação das referências segundo as normas da ABNT	1,00
É viável e apresenta os requisitos necessários para o bom desenvolvimento da aula	3,00
Desenvolvimento da aula	
Consistência teórica do tema	15,00
Exatidão, domínio e segurança na exposição dos conteúdos	15,00
Desenvolvimento do conteúdo de forma objetiva, clara e sequencial	10,00
Coerência entre plano de aula e desenvolvimento da aula	8,00
Organização e emprego apropriado dos recursos didáticos	5,00
Utilização de autores e bibliografia pertinentes	4,00
Controlou o tempo da aula adequadamente	8,00
Capacidade de estimular a participação, o interesse e a curiosidade dos alunos pelo assunto abordado	5,00
Postura profissional	
Linguagem profissional adequada	2,50
Dicção e tom de voz adequados para sala de aula	2,50
Postura	2,50
Movimentação em sala	2,50

11.7. A relação dos candidatos que realizarão a prova de desempenho didático será divulgada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

11.7.1. Constará da relação dos candidatos que realizarão a prova de desempenho didático o local, data e horário no qual o candidato deverá se apresentar para a realização do sorteio do tema da prova de desempenho didático, o local, data e horário de realização da prova de desempenho didático e a relação dos membros da banca examinadora de cada área.

11.8. O horário de realização da prova de desempenho didático do candidato seguirá o mesmo horário da apresentação do candidato para a realização do sorteio do tema da prova de desempenho didático, sendo que a prova de desempenho didático acontecerá em outro lugar e no dia seguinte ao sorteio.

11.8.1. A ordem de apresentação do candidato para a realização do sorteio do tema da prova de desempenho didático e consequentemente a ordem de apresentação da prova de desempenho didático será definida pela classificação do candidato na prova discursiva, sendo o candidato de melhor classificação o primeiro a se apresentar.

11.8.1.1. Os candidatos que se declararam Adventista do 7º Dia no Requerimento de Inscrição e que comprovem esta opção religiosa, não seguirão a ordem de apresentação estabelecida no subitem 11.8.1 deste Edital.

11.9. O candidato poderá impetrar recurso contra a composição da banca de sua área, conforme o disposto no item 13 deste Edital, no período informado no cronograma existente no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, nas guias Publicações e Cronogramas, considerando os critérios utilizados para a escolha dos membros de cada banca, divulgados quando da composição das bancas.

11.10. O candidato deverá comparecer ao local da prova de desempenho didático com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do seu horário para realizar o seu credenciamento.

11.11. No dia de realização da prova de desempenho didático o candidato deverá entregar, à banca examinadora, obrigatoriamente, 3 (três) cópias do plano de aula, sendo considerado eliminado aquele que não o fizer.

11.12. Para a realização da prova de desempenho didático serão disponibilizados apenas quadro e/ou flip chart e giz e/ou pincéis, como recursos didáticos. O candidato poderá recorrer a outros recursos audiovisuais ou materiais necessários à apresentação de sua aula, a seu critério e responsabilidade.

11.12.1. O tempo gasto para montagem e/ou preparo de outros recursos a serem utilizados em sua aula, será contabilizado como tempo de aula, cabendo ainda ao candidato responsabilizar-se por eventuais problemas decorrentes do uso desses recursos.

11.13. A nota da prova de desempenho didático valerá 100,00 (cem) pontos e será a soma da média aritmética das notas atribuídas por cada membro da banca a cada item de avaliação. Será considerado até a 2ª casa decimal para o resultado da média aritmética de cada item de avaliação, desprezando-se as demais, sem arredondamento ou aproximação.

11.14. Será considerado reprovado na prova de desempenho didático o candidato que obtiver nota na prova de desempenho didático menor do que 50,00 (cinquenta).

12. DA PROVA DE TÍTULOS

12.1. Os candidatos convocados para a realização da prova de desempenho didático deverão entregar os documentos a serem considerados para a prova de títulos no mesmo dia e local de realização da prova de desempenho didático, após o término de sua prova, na coordenação do local de prova.

12.1.1. O candidato que deixar o local de prova sem entregar os documentos a serem considerados para a prova de títulos não poderá retornar para entregá-los posteriormente.

12.2.2. Não serão analisados os documentos entregues de forma diferente da estabelecida no subitem 12.1 deste Edital.

12.2. Os candidatos aprovados na prova de desempenho didático terão seus títulos analisados.

12.2.1. Caso o candidato tenha sido aprovado na prova de desempenho didático e não tenha apresentado os documentos a serem considerados para a prova de títulos, na data e horário estabelecidos no subitem 12.1 deste Edital, receberá nota 0,00 (zero) na prova de títulos.

12.3. Os documentos deverão ser entregues por meio de cópia simples, mesmo aqueles gerados eletronicamente, não sendo necessária a autenticação em cartório.

12.3.1. Quando da entrega dos documentos, o candidato deverá apresentar obrigatoriamente o original ou a cópia autenticada em cartório do documento que está sendo entregue para conferência por parte do atendente.

12.3.2. Não serão analisados os documentos que não atenderem ao disposto no subitem 12.7 deste Edital.

12.3.3. Não serão recebidos documentos originais.

12.4. Os documentos entregues não serão devolvidos.

12.5. Cada documento será considerado uma única vez.

12.6. Todos os documentos expedidos em língua estrangeira deverão, obrigatoriamente, serem traduzidos para a Língua Portuguesa por tradutor juramentado (encaminhar cópia autenticada em cartório do documento original e cópia autenticada em cartório do documento traduzido).

12.7. Para avaliação de títulos serão considerados os seguintes itens:

Alínea	Prova de Títulos	Valor unitário	Valor máximo
A	Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de doutorado na área da vaga pretendida	8,0	8,0
B	Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de doutorado em Educação	4,0	4,0
C	Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de mestrado na área da vaga pretendida	3,0	3,0
D	Curso de pós-graduação <i>stricto sensu</i> em nível de mestrado em Educação	1,5	1,5
E	Curso de pós-graduação em nível de especialização, com carga horária mínima de 360 h	0,5	0,5
F	Curso em Licenciatura, desde que o curso de Licenciatura não seja pré-requisito para a área	3,0	3,0
G	Exercício de atividade profissional de nível superior na administração pública ou na iniciativa privada, em empregos/cargos relacionados à área da vaga pretendida	0,50 por ano completo	2,0
H	Exercício do magistério em instituição de ensino fundamental, médio ou superior	0,50 por ano completo	4,0
I	Orientação de aluno em projeto de iniciação científica	0,20 por projeto	1,0
J	Orientação de alunos em projetos de PIBID, PET ou Projetos de Extensão financiados por órgãos oficiais de fomento	0,20 por projeto	1,0
K	Coordenação de projeto de pesquisa e/ou de extensão aprovado em agências de fomento	0,50 por projeto	3,0
L	Autoria ou co-autoria de patente, programa de computador registrado, cultivar protegida, cultivar registrada ou desenho industrial registrado com concessão aprovada e comprovada	2,0 por patente ou programa de computador ou cultivar	4,0
M	Autoria ou co-autoria em livro publicado, na área da vaga pretendida	1,0 por livro	2,0
N	Autoria ou co-autoria em capítulo de livro publicado, na área da vaga pretendida	0,5 por capítulo	1,0

Alínea	Prova de Títulos	Valor unitário	Valor máximo
O	Autoria ou co-autoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico indexado pela CAPES (Qualis A1, A2 ou B1)	1,0 por artigo	4,0
P	Autoria ou co-autoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico indexado pela CAPES (Qualis B2, B3, B4, B5 E C)	0,5 por artigo	2,0
Total máximo de pontos = 44			

12.8. Para as alíneas A à F, serão considerados os seguintes documentos comprobatórios:

a) para as alíneas A e B: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar que permita identificar o número de créditos obtidos, as disciplinas cursadas e a indicação do resultado do julgamento da tese.

b) para as alíneas C e D: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC. Será aceita declaração de conclusão do curso acompanhada obrigatoriamente de histórico escolar que permita identificar o número de créditos obtidos, as disciplinas cursadas e a indicação do resultado do julgamento da dissertação.

c) para a alínea E: diploma ou certificado ou declaração de conclusão do curso onde obrigatoriamente possam ser identificadas a carga horária e a conclusão do mesmo, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

d) para a alínea F: diploma ou certificado expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC.

12.9. A comprovação dos cursos relacionados no subitem 12.8, letras “a” e “b” deste Edital, concluídos no exterior, deverá ser feita única e exclusivamente por meio do diploma, desde que revalidado por instituição de ensino superior do Brasil.

12.10. A comprovação do curso relacionado no subitem 12.8, letra “c” deste Edital, concluído no exterior, deverá ser feita acompanhada de um histórico escolar contendo as disciplinas e a carga horária (de cada disciplina ou total).

12.11. Não será considerado como curso de especialização o curso de pós-graduação *stricto sensu* em nível de mestrado ou doutorado cujas disciplinas estejam concluídas.

12.12. Somente será aceito certificado ou declaração das instituições referidas nos subitens anteriores nas quais seja possível efetuar a identificação das mesmas e constem todos os dados necessários à sua perfeita comprovação.

12.13. Somente será considerado o curso concluído.

12.14. O mesmo diploma ou certificado ou declaração será considerado uma única vez.

12.15. Para as alíneas G e H serão considerados os seguintes documentos comprobatórios:

a) para as alíneas G e H considerando-se a experiência profissional em instituição pública: certidão expedida pelo poder público federal, estadual ou municipal, em papel timbrado, com carimbo do órgão expedidor, datada e assinada pelo respectivo órgão de gestão de pessoas, que informe o período, com data completa de início e fim (dia, mês e ano), se for o caso, confirmando o exercício de atribuições assemelhadas àquelas do cargo público pleiteado, com descrição detalhada das atividades.

b) para as alíneas G e H considerando-se a experiência profissional em empresa ou setor privado: carteira de trabalho (página de identificação com foto e dados pessoais e registro do contrato) ou declaração do empregador, em papel timbrado e com carimbo de CNPJ, com data e assinatura do responsável pela emissão, que informe o período, com data completa de início e fim (dia, mês e ano), se for o caso, confirmando o exercício de atribuições assemelhadas àquelas do cargo público pleiteado, com descrição detalhada das atividades.

c) para as alíneas G e H considerando-se prestadores de serviço por meio de contrato de trabalho: cópia do contrato de prestação de serviços ou recibo de pagamento de autônomo (RPA), acrescido de declaração do contratante, em papel timbrado e carimbo do CNPJ, com data e assinatura do responsável pela emissão, que informe período, com data completa de início e fim (dia, mês e ano), se for o caso, e a experiência profissional com a descrição detalhada das atividades desenvolvidas. O envio do contrato de trabalho unicamente não comprova que o contrato foi executado em sua totalidade, não podendo ser identificado o real período trabalhado.

d) para as alíneas G e H considerando-se experiência profissional no exterior: contrato de trabalho.

12.16. Para a alínea G, será considerado para fins de pontuação somente o tempo que for posterior ao término do curso de nível superior. Desta forma, o candidato deverá encaminhar obrigatoriamente, diploma ou certificado de conclusão do curso de nível superior para que seja verificada a data de conclusão do mesmo.

12.16.1. O candidato que não encaminhar a documentação descrita no subitem 12.16 deste Edital receberá nota 0,00 (zero) nesta alínea.

12.17. Os documentos relacionados no subitem 12.15 deste Edital, que fazem menção a períodos, deverão permitir identificar claramente o período inicial e final (se for o caso neste último) da realização do serviço, não sendo assumido implicitamente que o período final seja a data atual.

12.18. Não será aceita experiência profissional na qualidade de proprietário/sócio de empresa.

12.19. Serão desconsiderados os documentos relacionados no subitem 12.15 deste Edital que não contenham todas as informações relacionadas e/ou não permitam uma análise precisa e clara da experiência profissional do candidato.

12.20. O exercício de magistério e o exercício de atividade profissional só será considerado se desenvolvida com vínculo empregatício, excluindo-se destas monitorias, estágios, bolsas de iniciação científica ou trabalhos realizados sem vínculo empregatício.

12.21. Para a alínea H será aceito termo de exercício acompanhado do último contracheque.

12.22. As certidões de tempo de serviço não poderão conter rasuras e/ou emendas.

12.23. Para efeito do cômputo de pontuação relativa a tempo de experiência (alíneas G e H) não será considerada mais de uma pontuação no mesmo período.

12.24. A comprovação para a alínea I dar-se-á por meio de declaração emitida pela instituição.

12.25. A comprovação para as alíneas J e K deverão ser feitas por meio de declaração da agência ou da instituição de ensino.

12.26. A alínea L deve ser comprovada por meio de carta de patente expedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial.

12.27. No caso das alíneas M e N, a comprovação deverá ser feita por meio de cópia da(s) página(s) do(s) livro(s) constando o nome do periódico, número de páginas, volume e o DOI - Digital Object Identifier (quando for o caso), edição e número do ISBN - International Standard Book Number.

12.27.1. Para a alínea N, incluir cópia da página que informa o responsável pelo capítulo.

12.28. A nota da prova de títulos será calculada considerando-se até a 2ª casa decimal, desprezando as demais, sem arredondamento ou aproximação.

13. DOS RECURSOS

13.1. No caso do recurso contra o “Resultado preliminar do pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição”, admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, desde que devidamente fundamentado.

13.2. No caso do recurso contra a “Relação preliminar dos candidatos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos com deficiência”, admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, solicitando a revisão da avaliação que definiu o candidato como não tendo direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

13.3. No caso do recurso contra a “Relação preliminar dos candidatos que concorrem às vagas reservadas aos candidatos negros”, admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, solicitando a revisão da avaliação que definiu o candidato como não tendo direito a concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros.

13.4. No caso do recurso contra a “Relação preliminar dos candidatos que tiveram a inscrição homologada”, admitir-se-á um único recurso, para cada candidato, desde que devidamente fundamentado.

13.5. No caso do recurso contra o “Resultado preliminar da prova discursiva”, admitir-se-á um recurso contra a nota obtida.

13.5.1. A vista do caderno de texto definitivo da prova discursiva será disponibilizada no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, em período informado no cronograma existente neste mesmo endereço. O candidato poderá verificar seu caderno de texto definitivo bastando acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento.

13.6. No caso do recurso contra a “Composição da banca examinadora da prova de desempenho didático”, admitir-se-á um único recurso contra cada membro que compõe a banca examinadora da área para a qual o candidato concorre, considerando-se os critérios utilizados para composição das bancas.

13.6.1. O recurso deverá ser fundamentado com as razões de fato e de direito que o justifique, não sendo aceitos argumentos que sejam especulativos ou através de imputação de suspeitas.

13.7. No caso do recurso contra o “Resultado preliminar da prova de desempenho didático”, admitir-se-á um recurso contra a nota obtida.

13.8. No caso do recurso contra o “Resultado preliminar da prova de títulos”, admitir-se-á o pedido de revisão da contagem dos pontos.

13.8.1. Não será permitido ao candidato anexar cópia de documentos quando da interposição de recurso contra o resultado preliminar da prova de títulos.

13.9. Os recursos deverão ser solicitados no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, em período informado no cronograma disponível neste mesmo endereço (conforme o tipo de recurso), a partir das 10h do primeiro dia do prazo para recurso até as 17h do último dia do prazo para recurso. O candidato poderá solicitar o recurso bastando acessar o endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Principal, e preencher Nome, CPF e Data de Nascimento.

13.10. Não será analisado o pedido de recurso apresentado fora do prazo, fora de contexto e de forma diferente da estipulada neste Edital.

13.11. O resultado dos recursos (deferido ou indeferido) estará à disposição dos candidatos no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, em período informado no cronograma do concurso neste mesmo endereço.

13.11.1. As notas obtidas por intermédio do julgamento do recurso impetrado contra o resultado preliminar da prova discursiva ou contra o resultado preliminar da prova de desempenho didático ou contra o resultado preliminar da prova de títulos poderão permanecer inalteradas, sofrer acréscimos ou até mesmo reduções, em relação à nota divulgada preliminarmente.

13.12. A decisão final da comissão examinadora será soberana e definitiva, não existindo desta forma recurso contra resultado de recurso.

14. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO

14.1. A nota final do Concurso Público será calculada considerando-se que NFI é a nota final, NDI é a nota da prova discursiva, NDD é a nota da prova de desempenho didático e NTI é a nota da prova de títulos, da seguinte forma:

$$\text{NFI} = (\text{NDI} \times 7) + (\text{NDD} \times 1) + (\text{NTI} \times 1)$$

14.2. Os candidatos considerados aprovados serão ordenados e classificados por área e tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada aos candidatos com deficiência ou vaga reservada aos candidatos negros), conforme a opção escolhida, segundo a ordem decrescente da nota final do Concurso Público.

14.3. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior nota na prova de desempenho didático;
- 2º) maior nota na prova discursiva;
- 3º) maior idade.

14.4. Em caso de igualdade na nota final do Concurso Público, para fins de classificação, na situação em que pelo menos um dos candidatos empatados possua idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos até o último dia de inscrição, o desempate se fará da seguinte forma:

- 1º) maior idade dentre os de idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;
- 2º) maior nota na prova de desempenho didático;
- 3º) maior nota na prova discursiva;
- 4º) maior idade dentre os de idade inferior a 60 (sessenta) anos.

15. DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. O resultado final do Concurso Público e a homologação do mesmo serão publicados no Diário Oficial da União e no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

15.1.1. A homologação do resultado final do Concurso Público será feita considerando-se o número máximo de candidatos aprovados para cada área/tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada aos candidatos com deficiência ou vaga reservada aos candidatos negros), conforme o disposto no art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, considerando-se a relação produzida no subitem 14.2 deste Edital.

15.2. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso Público.

15.3. Nenhum dos candidatos empatados na última posição correspondente ao número máximo de candidatos aprovados, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, será considerado reprovado nos termos do § 3º do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009.

16. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

16.1. O resultado final das provas discursivas, o resultado final da prova de desempenho didático e o resultado final da prova de títulos serão publicados com as notas no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações.

16.2. Para as áreas onde existirem candidatos aprovados que concorrem às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, será divulgado o "Resultado final preliminar do concurso para as áreas com vaga reservada aos candidatos com deficiência" no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

16.2.1. Com base no "Resultado final preliminar do concurso para as áreas com vaga reservada aos candidatos com deficiência" os candidatos autodeclarados deficientes serão convocados para avaliação por equipe multiprofissional.

16.2.2. Após a divulgação do "Resultado da avaliação da equipe multiprofissional", será divulgado o "Resultado final do concurso para as áreas com vaga reservada aos candidatos com deficiência" no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

16.3. O “Resultado final do concurso para as áreas sem vaga reservada aos candidatos com deficiência”, para as áreas onde não existirem candidatos aprovados que concorrem às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, será publicado no endereço eletrônico www.funrio.org.br, na página do concurso, na guia Publicações, no período informado no cronograma existente nas guias Publicações e Cronogramas neste mesmo endereço.

16.4. A portaria de homologação será publicada no Diário Oficial da União.

16.5. O resultado final do Concurso Público e a homologação do resultado final do Concurso Público serão feitos considerando-se o número máximo de candidatos aprovados para cada área/tipo de vaga (vaga de ampla concorrência ou vaga reservada aos candidatos com deficiência ou vaga reservada aos candidatos negros), conforme o disposto no art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, considerando-se a relação produzida no subitem 12.2 deste Edital.

16.6. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

16.7. Nenhum dos candidatos empatados na última posição correspondente ao número máximo de candidatos aprovados, de acordo com o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, será considerado reprovado nos termos do §3º do art. 16 do Decreto nº 6.944, de 21/09/2009.

17. DA CONVOCAÇÃO E NOMEAÇÃO

17.1. As vagas ofertadas neste Edital são para lotação em qualquer um dos *campi* do IF Baiano – Alagoinhas, Bom Jesus da Lapa, Catu, Governador Mangabeira, Guanambi, Itaberaba, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Serrinha, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Valença e Xique-Xique – ou que venham a ser criados no prazo de validade do Concurso Público.

17.1.1. No caso de haver áreas com vagas em mais de um dos *campi* no momento da convocação, os candidatos convocados poderão optar, entre os *campi* disponíveis, por aquele de sua preferência, seguindo a estrita ordem de classificação.

17.1.2. Uma vez realizada a opção de lotação, este não poderá requerer, com base em sua classificação e no surgimento de vagas em *campus* de seu interesse, alteração de lotação.

17.2. Aos candidatos aprovados e classificados dentro do número de vagas neste Concurso Público não é assegurado o direito ao ingresso imediato no cargo público. A concretização desse ato deve ocorrer dentro do prazo de validade do Concurso Público, ficando condicionada à observância das disposições legais pertinentes à demanda da administração do IF Baiano.

17.3. Aos candidatos aprovados e não classificados dentro do número de vagas neste Concurso Público, não é assegurado o direito ao ingresso no cargo público, mas a expectativa de nele ser investido, segundo a ordem de classificação. A concretização desse ato fica condicionada ao surgimento de vagas, à observância das disposições legais pertinentes e à demanda da administração do IF Baiano.

17.4. Nomeação oficial será feita por meio de publicação no Diário Oficial da União. Caso não tenha interesse em assumir o cargo, quando da convocação, o candidato aprovado deverá assinar Termo de Desistência, ato que permitirá ao IF Baiano convocar o próximo candidato da lista de aprovados, não havendo direito ao pedido de “final de lista de homologados”, ficando o candidato eliminado do certame.

17.4.1. O candidato que se recusar a preencher ou não preencher por algum motivo o Termo de Desistência, que será enviado para o endereço eletrônico (e-mail) cadastrado no ato da inscrição, será oficiado no endereço constante na ficha de inscrição. Transcorridos 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento do ofício, caso o candidato não se manifeste, o IF Baiano convocará o próximo candidato da lista de aprovados, respeitando a estrita ordem de classificação, não havendo direito ao pedido de “final de lista de homologados”.

17.5. O candidato que for convocado para assumir o cargo somente será empossado se for considerado apto na inspeção médica, homologada por Junta Médica Oficial do IF Baiano, de caráter eliminatório. A convocação para realização de inspeção médica oficial e posse se dará por comunicado eletrônico (e-mail).

17.5.1. Para fins de possível convocação, o candidato aprovado será responsável pela atualização de endereço, telefones e e-mail, durante a vigência do Concurso Público.

18. DA POSSE E EXERCÍCIO

18.1. A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento e será tornado sem efeito se não ocorrer no prazo previsto, conforme o disposto nos § 1º e 6º artigo 13 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

18.1.1. É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse, conforme o disposto na Lei nº 8.112, de 11/12/1990, § 1º artigo 15.

18.2. A regulamentação da inspeção médica oficial e os exames médicos a serem apresentados serão informados quando do ato da convocação do candidato.

18.2.1. Os exames médicos solicitados para a realização da inspeção médica oficial serão realizados pelo candidato às suas expensas.

18.2.2. Durante a inspeção de saúde, poderão ser solicitados exames complementares, na necessidade de esclarecimento diagnóstico, a critério da equipe de avaliação médica.

18.3. O candidato considerado inapto na inspeção médica oficial estará impedido de tomar posse e terá seu ato de nomeação tornado sem efeito.

18.4. No momento da posse, o candidato nomeado deverá apresentar os documentos abaixo relacionados, original e cópia ou cópia autenticada:

- a) CPF;
- b) Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação, para brasileiros de sexo masculino;
- c) Carteira de Identidade (o documento deve estar em perfeitas condições, sem replastificação, de forma a permitir, com clareza, a identificação do usuário e com emissão até 10 (dez) anos);
- d) Certidão de Nascimento, se for solteiro;
- e) Certidão de Casamento, se for casado;
- f) Título de Eleitor, com Certidão de Quitação Eleitoral, para brasileiros;
- g) Documento de Inscrição no PIS/PASEP (caso possua);
- h) Carteira de Nacional de Habilitação (caso possua);
- i) Comprovante(s) de escolaridade, conforme exigido neste Edital;
- j) Comprovante de registro no Órgão de Classe, caso exista;
- l) Declaração de Bens e Rendas (para os contribuintes não isentos);
- m) Certidão Negativa de Antecedentes expedida pelos foros da justiça federal e estadual;
- n) Certidão de Nascimento dos filhos (caso tenha);
- o) Comprovante de desligamento de vínculo com o serviço público (nos casos onde for aplicável). São comprovantes de desligamento de vínculo: a) Para o servidor público: Cópia da publicação ou Solicitação de exoneração, com indicação da data em que se dará a vacância, protocolada no Órgão com carimbo do recebedor, nos casos em que não for possível acumulação de cargos. b) Para empregado da iniciativa privada: Carteira de Trabalho com a baixa da empresa, ou declaração da empresa constando a data do desligamento;

18.4.1. No ato da posse o candidato nomeado deverá preencher a Declaração de Acumulação ou não de Cargo/emprego público assim como a Declaração de Não Participação em Gerência ou Administração de Sociedade Privada, disponível no endereço eletrônico www.ifbaiano.edu.br.

18.4.1.1 Caso possua outro vínculo com o serviço público, para as exceções previstas em Lei, deve ser apresentado pelo nomeado uma declaração do Órgão, Entidade ou Empresa Pública, indicando o cargo ocupado, jornada, dias e horários de trabalho, carimbada e assinada pelo responsável.

18.4.2. Informar os dados bancários, não sendo aceitas conta poupança ou conta conjunta.

18.4.3. A documentação deverá ser apresentada original e cópia ou cópia autenticada. A não apresentação da titulação exigida para o cargo impossibilitará a investidura do nomeado.

18.4.4. Após a posse, o servidor que não entrar em exercício em até 15 (quinze) dias, será exonerado ex-offício.

18.5. Quando da apresentação da documentação, todos os pré-requisitos deverão estar atendidos, conforme estabelecido no subitem 3.1 deste Edital.

18.6. As despesas relativas à participação do candidato no concurso, à apresentação para posse, ao exercício e inclusive aos exames médicos solicitados para a realização da inspeção médica oficial correrão às custas do candidato, eximidas qualquer responsabilidade por parte do IF Baiano e da FUNRIO.

18.6.1. Caberá ao candidato, nomeado para localidade diversa de seu domicílio, arcar com as despesas de sua transferência.

18.7. Os candidatos cujos nomes constem na relação de homologação do resultado final do Concurso Público, não nomeados, excedentes às vagas ofertadas, serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Concurso Público.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação em Diário Oficial da União.

19.2. Será considerada a legislação atualizada até a data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos até esta data na avaliação das provas.

19.3. O prazo de validade do Concurso Público será de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por mais 1 (um) ano, contados a partir da data de homologação do resultado final.

19.4. Todas as informações relativas à nomeação e posse, após a publicação do resultado final, assim como as atualizações dos dados cadastrais dos candidatos aprovados e classificados neste Concurso Público, deverão ser obtidas ou informadas através do e-mail dgp.nuing@ifbaiano.edu.br junto ao Núcleo de Ingresso do IF Baiano, sendo de responsabilidade do candidato os prejuízos decorrentes da não atualização de seus dados cadastrais.

19.5. A qualquer tempo poderão ser anuladas a inscrição, a prova, a nomeação e a posse do candidato, desde que verificada a falsidade em qualquer declaração prestada e/ou qualquer irregularidade na prova ou em documentos apresentados.

19.6. Ressalvadas as hipóteses previstas na legislação pertinente, ao candidato convocado para a posse, não será permitido o adiamento da investidura no cargo, sendo eliminado do Concurso Público o candidato que, por qualquer motivo, não tomar posse quando convocado.

19.7. Após a nomeação, a posse e o exercício, o servidor cumprirá estágio probatório, nos termos do artigo 20 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990.

19.8. Durante o estágio probatório o servidor não poderá solicitar remoção ou redistribuição, nos termos dos artigos 36 inciso II e artigo 37 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990, salvo os casos previstos em lei.

19.9. É de inteira responsabilidade do candidato a interpretação deste Edital, bem como o acompanhamento da publicação de todos os atos, instruções e comunicados ao longo do período em que se realiza este Concurso Público, não podendo deles alegar desconhecimento ou discordância.

19.10. As despesas relativas à participação no Concurso Público serão de responsabilidade do candidato.

19.11. O IF Baiano poderá, a seu exclusivo critério e obedecendo às normas legais pertinentes, admitir candidatos homologados em Concursos Públicos e não nomeados, de outras Instituições de Ensino, bem como ceder a essas Instituições candidatos homologados e não nomeados, nos termos deste Edital.

19.11.1. Para a concretização das admissões constantes deste item, deverá a parte interessada formalizar a requisição e a parte cedente registrar documentalmente seu aceite, após ouvido o candidato.

19.12 Os casos omissos relativos ao Concurso Público serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Concurso Público conjuntamente com a FUNRIO.

Salvador, 17 de setembro de 2015
 GEOVANE BARBOSA DO NASCIMENTO
 REITOR

Quadro de Vagas (Anexo I)

Total = total de vagas AC = vagas de ampla concorrência

CD = vagas reservadas aos candidatos com deficiência

CN = vagas reservadas aos candidatos negros

Área	Vagas				Regime de trabalho
	Total	AC	CD	CN	
Administração	7	4	1	2	DE
Administração Rural	2	2			DE
Agronomia/Fitopatologia	1	1			DE
Artes	2	2			DE
Biologia	7	4	1	2	DE
Biologia/Bioquímica	1	1			DE
Biologia/Botânica	1	1			DE
Biologia/Zoologia	1	1			DE
Ciência da Computação	12	8	1	3	DE
Ciência e Tecnologia de Alimentos	2	2			DE
Ciência e Tecnologia de Alimentos/Agroindústria	4	3		1	DE
Educação	10	7	1	2	DE
Educação do Campo	1	1			DE
Educação Física	7	4	1	2	DE
Engenharia Agrícola	4	3		1	DE
Engenharia da Agrimensura	3	2		1	DE
Engenharia de Petróleo I	1	1			20H
Engenharia de Petróleo II	1	1			DE
Engenharia Química	1	1			DE
Estatística	1	1			DE
Filosofia	4	4			DE
Física	7	4	1	2	DE
Gastronomia	1	1			DE
Geociência	1	1			DE
Geografia	3	2		1	DE
Língua Estrangeira/Espanhol	4	3		1	DE
Língua Portuguesa/Espanhol	6	3	1	2	DE
Língua Portuguesa/Libras	1	1			DE
Língua Portuguesa/Literatura Brasileira	9	6	1	2	DE
Medicina Veterinária	4	3		1	DE
Química	9	6	1	2	DE
Química/Físico-Química	2	2			DE
Química/Química Analítica	3	2		1	DE
Química/Química Inorgânica	2	2			DE
Química/Química Orgânica	2	2			DE
Sociologia	9	6	1	2	DE
Zootecnia	9	6	1	2	DE
Zootecnia/Genética	1	1			DE
Zootecnia/Produção Animal não Ruminante	1	1			DE

